

# País cresce menos que vizinhos com Lula

Economistas contestam Dilma, que culpou FH por avanço menor. Para Arminio, crise de 2002 foi causada por medo do PT

Henrique Gomes Batista

• A afirmação da candidata petista à Presidência, Dilma Rousseff, sobre o crescimento econômico brasileiro nos últimos anos é contestada por economistas. Os especialistas discordam de Dilma, que, em entrevista na segunda-feira ao "Jornal Nacional", da Rede Globo, culpou o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pelas baixas taxas de crescimento nos já quase oito anos de governo Lula. Questionada sobre o avanço menor do Brasil em relação a nações vizinhas, Dilma disse que o atual governo teve de fazer um grande esforço para controlar as finanças, principalmente por causa da dívida pública externa elevada e a inflação sem controle.

Entre 2003 e 2009, primeiros sete anos do governo Lula, a expansão da economia brasileira, segundo dados da Comissão Econômica para a América La-

tina e o Caribe (Cepal, órgão da ONU) foi de 27,16%, bem abaixo dos 65,56% do Panamá, 65,05% da Argentina, 51,54% do Peru e 44,98% da Venezuela. O país, pela lista da Cepal, só avançou mais que Paraguai (26%), Nicarágua (23%), El Salvador (16%) e México (12%).

China e Índia, países que compõem o grupo dos Brics, também crescem, sistematicamente, mais que o Brasil. Em 2009, enquanto a economia brasileira se retraiu 0,2%, a China registrava expansão de 8,7%, e a Índia de 6,1%.

Arminio Fraga, presidente do Banco Central no governo Fernando Henrique Cardoso e atualmente na gestora de recursos Gávea Investimentos, afirma que a crise de 2002 — que gerou um repique inflacionário por uma forte valorização do dólar — não foi causada pelo governo que estava no fim do poder.

— A crise em 2002 foi baseada no medo do que viria a partir de 2003, medo do projeto do PT, dos documentos do PT, do que diziam os petistas. A crise começou a acalmar quando o próprio

presidente Lula disse que não faria nada daquilo, e a situação voltou aos eixos com Lula já no governo, ao nomear brilhantemente Antonio Palocci e Henrique Meirelles para a Fazenda e para o Banco Central — disse.

Por causa dessa crise, a inflação, que em 2001 foi de 7%, segundo o IPCA (índice oficial), chegou a 12,53% em 2002. No "JN", Dilma se referiu a este período, ao afirmar que o governo Lula encontrou a inflação fora de controle.

Já a dívida externa, outro dado citado por Dilma, somava US\$ 210,7 bilhões no fim de 2002, e caiu a US\$ 198,2 bilhões em 2009, recuo de apenas 6%. A diferença é que, naquela época, o país acumulava reservas de US\$ 37,8 bilhões, e este colchão contra crises externas atingiu US\$ 238,5 bilhões no ano passado.

Segundo pesquisa do professor Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, no governo Lula, o crescimento do país se intensificou: a média anual até 2009 foi de 3,55%, contra variação de 2,29% nos oito anos de seu antecessor. Alguns economistas,

no entanto, além de não enxergarem grandes diferenças econômicas entre os dois governos, afirmam que há algumas "vantagens" no baixo crescimento, em parte limitado por estabilidade econômica e controle da inflação.

## Langoni: FH plantou, e Lula está colhendo

Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-presidente do Banco Central, enxerga o Brasil em outro ciclo econômico, que teve origem no governo anterior:

— O governo de Fernando Henrique plantou, e o período de Lula foi de colheita, mas também com alguns acertos que melhoraram o momento — disse, lembrando que a fase de expansão sustentada do país começou em 2004, após o governo Lula ter mostrado seriedade ao mercado financeiro e resolvido a vulnerabilidade externa, com aumento de forma consistente das reservas internacionais.

Para Langoni, este novo ciclo combina crescimento sustentável, com inflação controlada e baixa vulnerabilidade externa. Em sua opinião, porém, o Brasil chegou no bom momento depois de outros emergentes.

— Não podemos comparar nosso momento com ciclos longos de crescimento, como o da China ou Índia. Mesmo na região, Chile e Peru chegaram antes que nós — disse.

Para ele, o país está reunindo agora condições para crescer de forma sustentada e, se fizer ajustes, poderá aumentar o potencial de crescimento dos atuais

4,5% para 6,5%, aproximando-se de patamares indianos:

— O desafio do próximo presidente será intensificar a trajetória de crescimento e, para isso, é necessário aumentar investimentos, a poupança interna e a produtividade do Brasil. Há alguns setores da iniciativa privada altamente competitivos, mas o setor público ainda é muito ineficiente. Com algumas exceções, é obsoleto e burocrático.

**Para Arminio Fraga, faltam investimentos**

Para Arminio Fraga, a solução para intensificar o cresci-

mento do país é conhecida:

— O problema é a falta de investimentos, tanto em capital físico como em educação.

A especialista em economia internacional da FGV Lia Valls minimiza a comparação do Brasil com outras nações:

— O Brasil tem uma economia mais diversificada que alguns vizinhos. ■

Gustavo Andrade / "O Tempo"



DILMA ontem no Café Nice, em Belo Horizonte, entre Michel Temer (de terno escuro) e Hélio Costa

“

*A crise em 2002 foi baseada no medo do que viria a partir de 2003, medo do projeto do PT, do que diziam os petistas.*

Arminio Fraga, economista e presidente do BC no governo FH

# ▶ O avanço dos países

## CRESCIMENTO DESIGUAL (em %)

Veja a evolução acumulada do PIB em diversos países da América Latina entre 2003 e 2009



## E AS PREVISÕES PARA OS PRÓXIMOS DOIS ANOS:

	2010	2011
América Latina	5,2	3,9
<b>BRASIL</b>	<b>7,6</b>	<b>4,5</b>
Argentina	6,8	4,5
Bolívia	4,5	4,0
Chile	4,3	6,0
Colômbia	3,7	3,0
Costa Rica	4,0	3,0
Equador	2,5	2,0
El Salvador	1,5	1,5
Guatemala	2,0	3,0
Honduras	2,5	2,0
México	4,1	3,0
Nicarágua	2,0	2,0
Panamá	5,0	5,0
Paraguai	7,0	3,0
Peru	6,7	4,5
Rep. Dominicana	6,0	3,5
Uruguai	7,0	4,0
Venezuela	-3,0	2,5

## Crescimento por mandato:

Média anual (em %)

**FHC** 2,29 (1995/2002)

**Lula** 3,55 (2003/09)

## INFLAÇÃO OFICIAL (IPCA)

Em 2001	7,67%
Em 2002	12,53%
Em 2009	4,31%
Previsão para 2010	5,19%
Previsão para 2011	4,80%

Fonte: Cepal, professor Reinaldo Gonçalves e Banco Central

PARA ECONOMISTA, NÚMERO É ALERTA PARA RISCO DE ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS

# Crédito puxou 27% do aumento do PIB

Entre 2004 e 2009, o crédito à pessoa física respondeu por 27% do crescimento da economia, que teve expansão média de 4% ao ano.

“Não fosse o aumento do crédito à pessoa física, essa média cairia para 2,9% ao ano.”, diz estudo sobre o crédito no país do economista Gilberto Borça Júnior e do advogado Leandro Coutinho, ambos funcionários da área de Pesquisas Econômicas do BNDES.

Naqueles cinco anos, o crédito brasileiro viveu forte ciclo de crescimento, ainda que sobre uma base débil de comparação. Como consequência, a relação crédito/PIB se elevou de 24,5% em 2004, para 45% em 2009, um aumento acumulado superior a 85%.

Os técnicos do BNDES destacam que houve dois períodos distintos nessa expansão.



*Crédito em alta e endividamento das famílias impulsionaram a economia*

No primeiro, compreendido entre 2004 e setembro de 2008, a liderança das operações de crédito ficou a cargo dos bancos privados nacionais, “que tiveram ganhos contínuos de *market share*”.

No segundo período de expansão do crédito, entre setembro de 2008 e o fim de 2009 – período marcado pelo agravamento da crise internacional – foram os bancos públicos que atuaram de maneira agressiva na concessão de crédito à economia, exercendo um importante papel anticíclico diante do comportamento dos bancos privados que é de entesourar recursos

em vez de emprestá-los.

Diante desse quadro, o economista Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, voltou a alertar para a semelhança entre a crise da Grécia e o que poderá ser, segundo ele, o futuro do Brasil.

“O endividamento descontrolado na Grécia resultou do aumento da dívida privada, particularmente das famílias. É o que está acontecendo no Brasil: um crescimento sem a contrapartida real na renda das pessoas, alimentando um processo que impacta as importações e aumenta também a vulnerabilidade externa do país”, frisou.

## Consumidor volta às compras

A demanda do consumidor por crédito voltou a registrar alta em julho. Divulgado nesta terça-feira, o indicador da Serasa Experian, que calcula pedidos de financiamento por meio da consulta aos CPFs de 11,5 milhões de consumidores, apontou crescimento de 9,3% na demanda por crédito ante junho.

O resultado mostra a retomada da busca por financiamentos, que apresentou que-

da significativa de 10,2% em junho, na relação com o mês anterior, por conta do período da Copa do Mundo. Os consumidores foram às compras em maio para os preparativos do Mundial e interromperam o consumo em junho.

Na evolução anual, os pedidos de financiamento em julho tiveram crescimento de 10% em comparação ao mesmo mês do ano passado.

# Patrimônio e Nação

**Carlos Lessa**



**A** Revolução Francesa, ao conceituar o território nacional apagando as conexões com linhas dinásticas e eventuais acordos familiares, definiu o contorno de uma pátria, propriedade eterna e indivisa do povo nacional através de gerações. A propriedade sob a forma imobiliária sempre havia sido o desejo do homem do campo. O imóvel rural é conhecido por seu proprietário-produtor em seus detalhes topográficos e aptidões e percebido como lugar que produz alimentos e itens vitais à sobrevivência. O habitante do burgo (o burguês) e o morador da vila (o vilão) tiveram transposta a afetividade pelo imóvel rural ao imóvel urbano, lar da família e repositório das memórias familiares, lugar de proteção, em princípio inviolável, e refúgio de seus moradores. O imóvel urbano era, para o artesão, o lugar de trabalho; o comerciante exercia sua atividade sob a vigilância doméstica. A Revolução, ao criar o território e o patrimônio nacional, fez uma ampla convergência de afetos e amantes. De certa forma, a geografia física informava ao povo nacional sobre sua “propriedade” territorial.

Como todos sabem, hoje, na pós-modernidade, persistem duas formas de propriedade: a imobiliária e a mobiliária. No principal, a imobiliária mantém os passados amores, mas a mobilidade espacial da força de trabalho faz com que muitos optem por alugar a moradia, sabendo que será transitória sua ocupação. A propriedade mobiliária, no passado restrita à moeda e primitivas formas acionárias, multiplicou-se em centenas de configurações e seu valor como estoque cresce sem parar em relação à riqueza imobiliária. As empresas emitem ações que são uma fração de seu patrimônio líquido.

O camponês sempre conhece seus vizinhos. O pequeno acionista, por vezes, não sabe sequer o nome dos diretores da empresa da qual possui ações; ou desconhece os ativos físicos produtivos e o patrimônio mobiliário da empresa. Porém, muito mais misteriosa e abstrata é a outra componente da riqueza mobiliária: os papéis financeiros. Como surgem? Se alguma família compra algo a prazo (moradia, objetos duráveis, cirurgia plástica etc) ou toma um empréstimo bancário, nesses momentos, a família é emissora primária de dívida; o dono de sua dívida adquire uma propriedade mobiliária. Se uma empresa quer ampliar ou aperfeiçoar sua produção, ou simplesmente aumentar seus estoques de material e produtos acabados, procura um financiador; nesse momento, emite dívida primária e o proprietário do seu contrato de dívida é o controlador dessa riqueza mobiliária.

O Estado, desde o tempo que emitia moedas com o rosto do so-

berano até o papel-moeda que continha a fórmula “se pagará ao portador desta nota a quantia de”, sempre foi o grande emissor primário de dívida, sendo a sua dívida o item de riqueza mobiliária mais desejado, porque dá ao seu portador acesso a qualquer outro bem, serviço ou tipo de riqueza. É a partir dessa dívida primária, que remunera seus credores com juros, que a criativa engenharia financeira multiplicou outros tipos de ativos mobiliários.

Quando o banco registra um depósito, é um emissor de dívida secundária; quando transforma uma parte de seus ativos mobiliários em lastro de uma emissão de títulos bancários, já está construindo um terceiro andar sobre a dívida mobiliária primária. Alguém pode ter a ideia de fazer um fundo com estes papéis bancários, combiná-los com ações, buscar ativos mobiliários de muitos países; pode, em troca de um ganho, criar um seguro para fundos financeiros. Alguns lugares — os paraísos fiscais — permitem outras transformações.

Pensem um gigantesco castelo de cartas de baralho, editadas em centenas ou milhares de agentes, e haverá uma antevisão da riqueza mobiliária num mundo globalizado pelo sistema financeiro mundial pós-moderno. Não é como a propriedade rural, conhecida em sua intimidade, nem como a urbana, reconhecida por seu dono. Cada ativo mobiliário contém um mistério de combinações com itens ainda mais misteriosos. Se a ação transborda de mistérios ao pequeno proprietário, o ativo financeiro tipicamente mobiliário é, em seu conteúdo, quase que um segredo. Os juros

pagos pelas famílias, pelas empresas e pelos governos vão perdendo expressão em relação aos ganhos fantásticos de quem compra barato um título mobiliário e o revende caro. Existem milhões de pessoas — físicas e jurídicas — que acham que conhecem o mercado no futuro muito melhor do que no presente e procuram comprar o que acham que vai se valorizar e vender o que acham que vai se depreciar.

---

### **O caráter de jogo vai desvinculando afetivamente o proprietário mobiliário de sua nação**

---

Nesse clima de cassino, todas as ações e todos os ativos mobiliários podem ser objeto de transações e serão liquidados no futuro. As mercadorias padronizadas (commodities) são itens de riqueza mobiliária muitas vezes antes de existirem. O milho que será plantado nos próximos três meses pode ser negociado hoje para entrega nos próximos dez meses, por exemplo. A liquidez do ativo mobiliário permite saída rápida e eventual aplicação especulativa promissora. Isto faz de uma moeda o portaviões da liquidez; nessa moeda são precificados os ativos mobiliários (em tempos “normais”). O sonho do homem comum é ter um bom emprego, uma renda adequada; o sonho de um rico proprietário de ativos mobiliários é ganhar muito mais com a compra e venda de ativos mobiliários do que com os rendimentos oriundos dos juros pagos pelas famílias, empresas e Estado endividados.

O fascínio da riqueza mobiliária, o caráter de jogo e a componente lotérica vão desvinculando afetivamente proprietário mobiliário de sua nação. Se o Estado nacional não cresce nem prospera, seu povo tende a migrar para o exterior, em busca de emprego e renda. A empresa faz, na pós-modernidade, o que quiser e perfura as linhas territoriais com autorização institucional. Pode comprar e vender ativos aqui e acolá; pode, inclusive, por um paraíso fiscal, produzir uma metamorfose institucional, trocando de nacionalidade. Um dirigente da Fiesp afirmou que “quando um de nós vende o controle da empresa, abrimos uma garrafa de champanhe”. Ferdinando Beira-Mar tinha contas bancárias nos principais bancos dos EUA e até no Paquistão.

É fácil fazer uma centimetroagem entre “orientação” aos aplicadores em ativos mobiliários e a discussão dos problemas nacionais. Esse é um indicador do desinteresse crescente pela nação brasileira. A restauração do amor à nação exige reforma agrária, multiplicação da casa própria; exige que, na escola primária, sejam retomadas a entoação dos hinos e o hasteamento da bandeira. Mais do que nunca, precisamos afirmar que a nação é um patrimônio nosso e não vacilar quando se tratar da propriedade do Eldorado Verde e do Eldorado Azul. Um projeto nacional exige uma postura nacionalista.

---

**Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa** é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da UFRJ. Foi presidente do BNDES; escreve mensalmente às quartas-feiras.